

O novo milênio

JOSÉ GENOÍNO

A humanidade começa mal o novo milênio. Os especialistas e os relatórios do Banco Mundial dizem que em nenhuma outra era, a pobreza e as fomes coletivas foram tão generalizadas como agora. De acordo com dados do Banco Mundial, hoje a humanidade é composta por 6 bilhões de pessoas - 5 bilhões vivem nos países considerados pobres. Os países ricos têm 15% da população mundial e controlam 80% da renda global. Os países de média e baixa rendas agregam 85% da população e apenas 20% da renda global. Se separarmos deste último bloco apenas os países de baixa renda, veremos que eles comportam 56% da população mundial e apenas 5% da renda global.

Dos 6 bilhões de pessoas, 2,8 bilhões, quase a metade da humanidade, vivem com menos de US\$ 2 por dia. Destas, 1,2 bilhão vive com menos de US\$ 1 por dia. Nos últimos dez anos, no Leste Europeu a pobreza se multiplicou por 20. Nesses países, os serviços de saúde e educação, que estavam dentre os melhores do mundo, deterioraram-se drasticamente. A África está sendo dizimada por fomes coletivas e epidemias. A pobreza cresce em todos os continentes, até mesmo nos países ricos. A partir dos anos 80, o salário real, em muitos países, chegou a cair 20%. Nos Estados Unidos aumenta a diferença salarial: somente os trabalhadores com formação universitária conseguem ganhos reais. Em muitos países em desenvolvimento, 60% da renda nacional está concentrada nas mãos de 20% da população.

Hoje há um poder global invisível concentrado nas mãos do sistema financeiro internacional e das grandes corporações transnacionais. O FMI, o Banco Mundial e a OMC impõem a linha de frente desse poder que vem impondo um programa mundial de ajuste macroeconômico cujos efeitos são a destruição das economias nacionais, a perda de poder aquisitivo dos assalariados, o corte de verbas para políticas sociais, o fechamento de hospitais e escolas públicas, o ressurgimento de doenças contagiosas, etc. Esse poder global condiciona os orçamentos nacionais e aplasta o poder e a ação dos governos e instituições dos Estados nacionais, reduzindo sua autonomia decisória e solapando sua soberania. A rigor, os governos nacionais perderam sua autonomia de gestão política e econômica e obedecem às orientações

do sistema financeiro internacional. O Brasil é um dos exemplos mais veementes nesse aspecto. O nosso Governo tem se curvado reiteradamente à vontade do FMI, que, como se sabe, representa os interesses financeiros privados dos centros desenvolvidos do capitalismo global.

A consequência de tudo isso é a redução à impotência social, econômica e política de milhões de pessoas. As pessoas inseridas nos processos de pobreza são incapazes de reagir e de reivindicar. As próprias organizações sociais e os sindicatos tiveram sua importância e capacidade de ação reduzidas por esse processo de globalização econômica, de reestruturação flexível da produção e do trabalho e de reengenharia da gestão empresarial.

Esse processo de mudanças tecnológicas, de flexibilização, de reorganização do tempo e de concentração de poder sem precedentes nos centros globais do capitalismo e nos núcleos decisórios das empresas vem provocando uma crise moral nas sociedades. A superficialidade das relações sociais, a quebra das lealdades, o fim do senso de responsabilidade individual, a instabilidade psicológica e emocional, a quebra do valor de solidariedade, um comportamento

que não segue normas, o ultra-individualismo e o colapso das normas e valores são alguns dos sintomas dessa crise moral e de autoridade. Os consultores da reengenharia e da reestruturação flexível determinam o corte de empregos como se lidassem apenas com frios números. As pessoas com mais de 40 anos têm o acesso ao trabalho bloqueado. Criam-se, assim, enormes contingentes de seres humanos descartáveis.

Tornou-se imperioso reagir contra os centros de poder global. Nesse sentido, não há soluções técnicas para o problema da pobreza e da dependência dos países em desenvolvimento. A saída é política e envolve a articulação de forças sociais e políticas internas dos países e uma articulação dos países dependentes entre si. Exigir regras de comércio e de circulação de capitais que protejam as economias em desenvolvimento e reivindicar a reorganização, a democratização e a redefinição das finalidades de organismos como a ONU, o FMI, o Banco Mundial e a OMC são apenas algumas dessas medidas de enfrentamento político da globalização perversa.

Nos últimos
dez anos, no
Leste Europeu,
a pobreza se
multiplicou
por 20

JOSÉ GENOÍNO é deputado federal (PT-SP)